



Ministério da Fazenda

Reforma Tributária



PRINCIPAIS MOTIVOS PARA PROPOSTA DE REFORMA RAZÕES ECONÔMICAS E DE JUSTIÇA FISCAL

- ✓ **Elevar a eficiência econômica, estimulando a produção e o investimento produtivo, com a geração de emprego e renda**
- ✓ **Reduzir a regressividade da estrutura fiscal**
- ✓ **Ampliar o número de contribuintes, mediante a redução da informalidade**
- ✓ **Buscar a simplificação**
- ✓ **Intensificar o combate à sonegação e à evasão tributária**

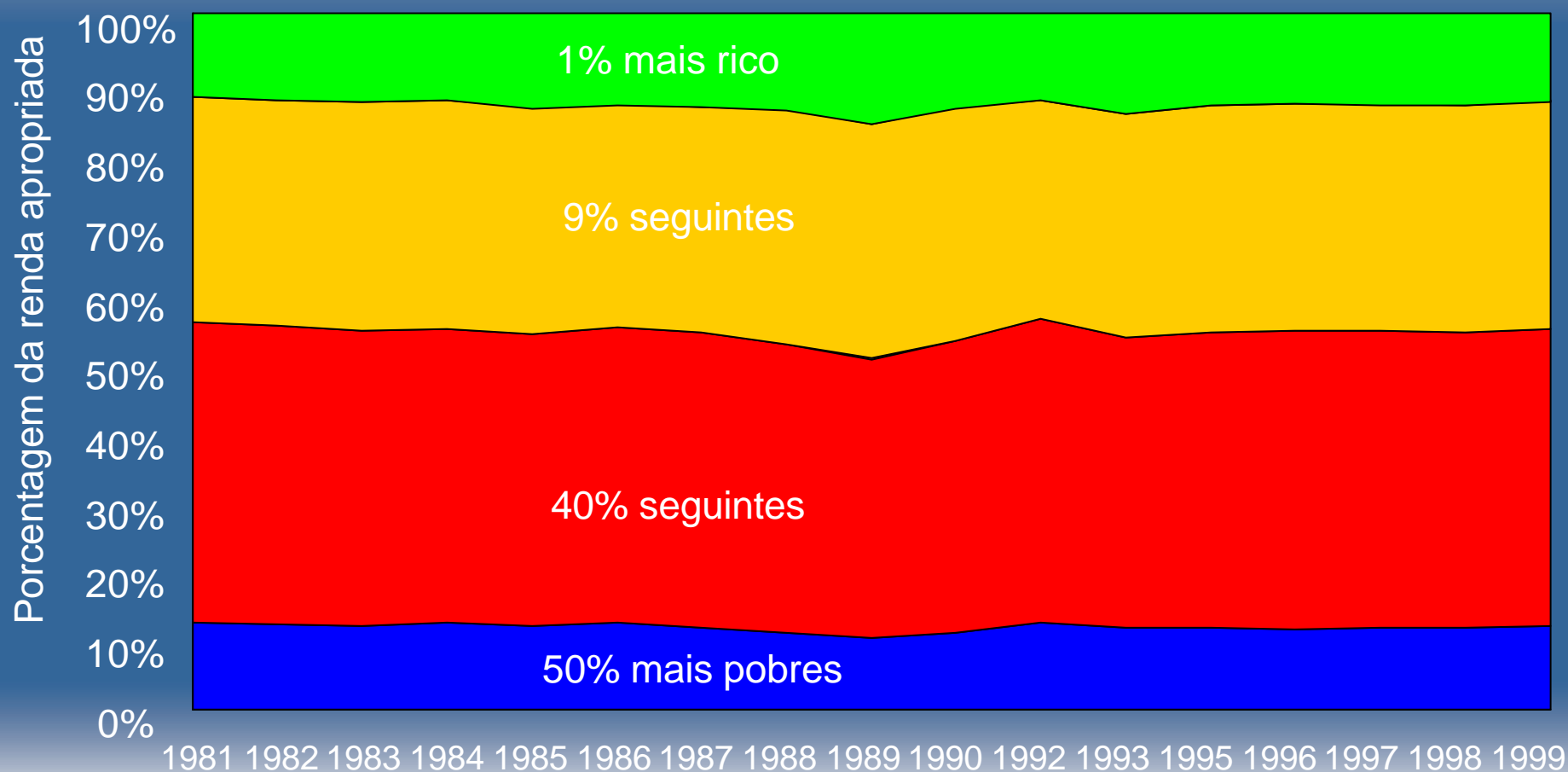


PRESSUPOSTOS IMPORTANTES

- ✓ **Neutralidade - não aumento da carga tributária**
- ✓ **Manutenção da receita da União, Estados e Municípios**

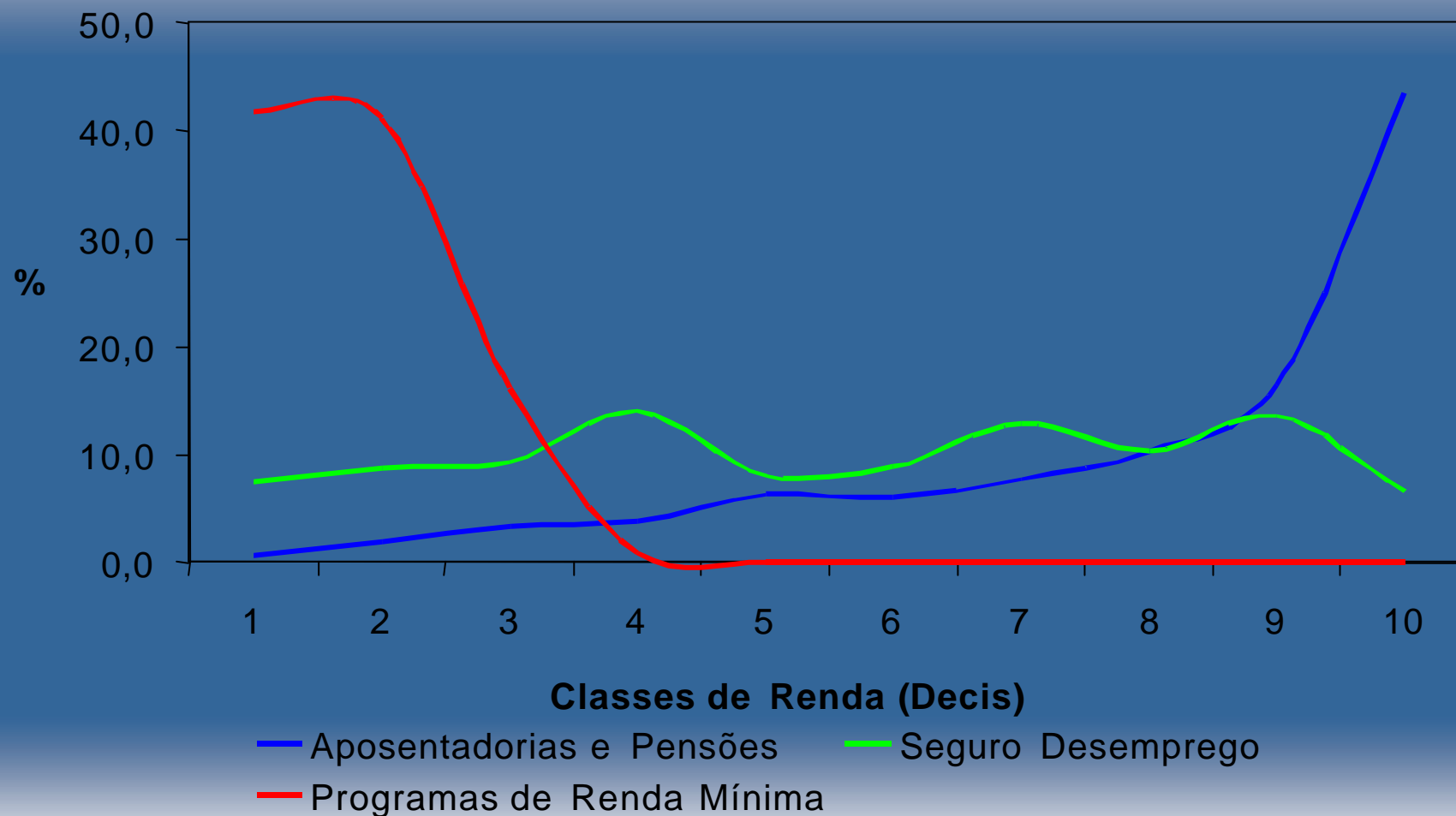


Indicadores sobre o nível e a estabilidade da desigualdade no Brasil colocam desafio importante para a política social e para a gestão da política fiscal





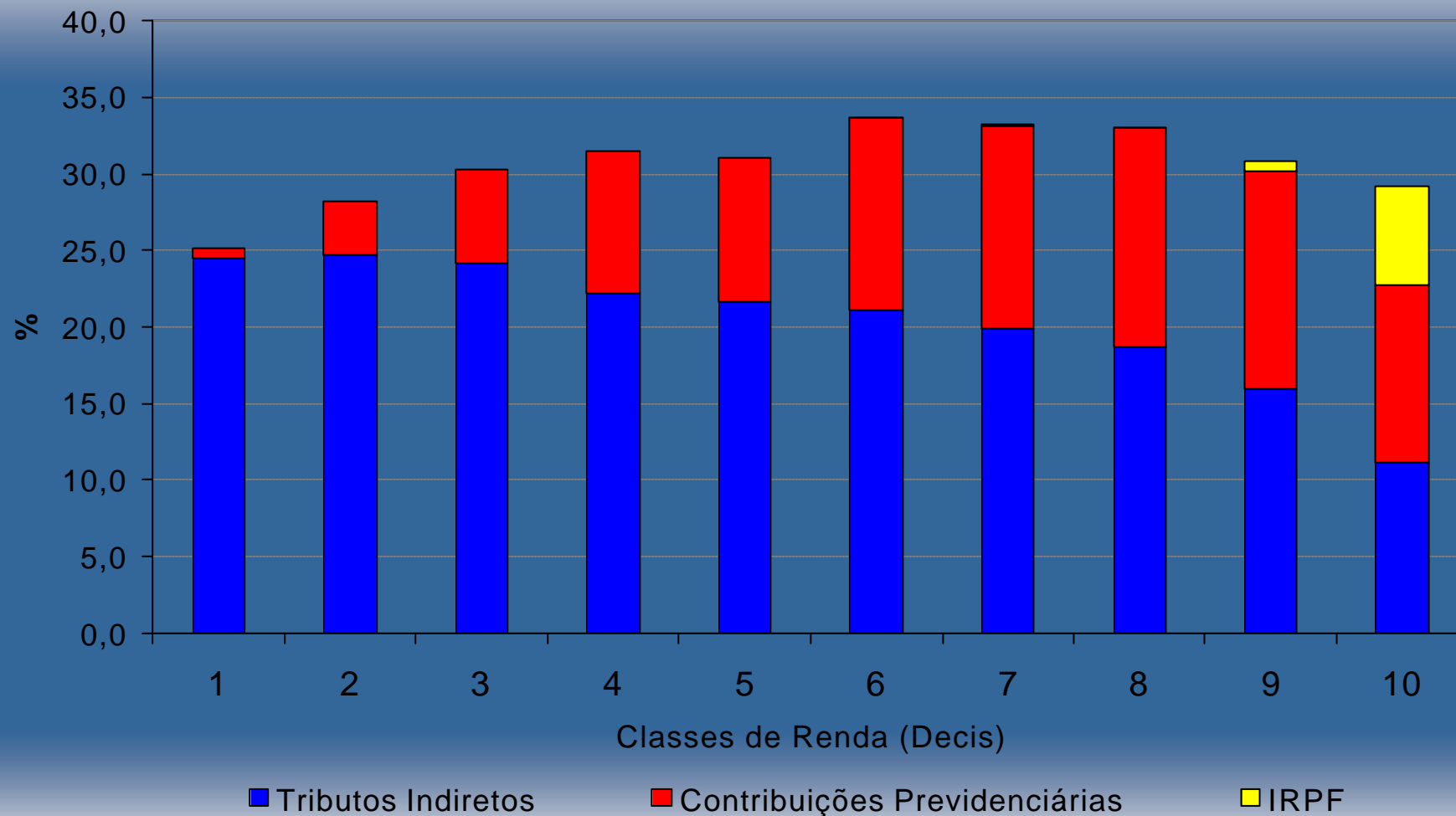
A maior parcela das transferências públicas (aposentadorias e pensões) tendem a ser apropriadas pelas classes de renda mais elevadas.



Fonte: Immervoll, Levy, Nogueira, O'Donoghue e Siqueira, 2003.



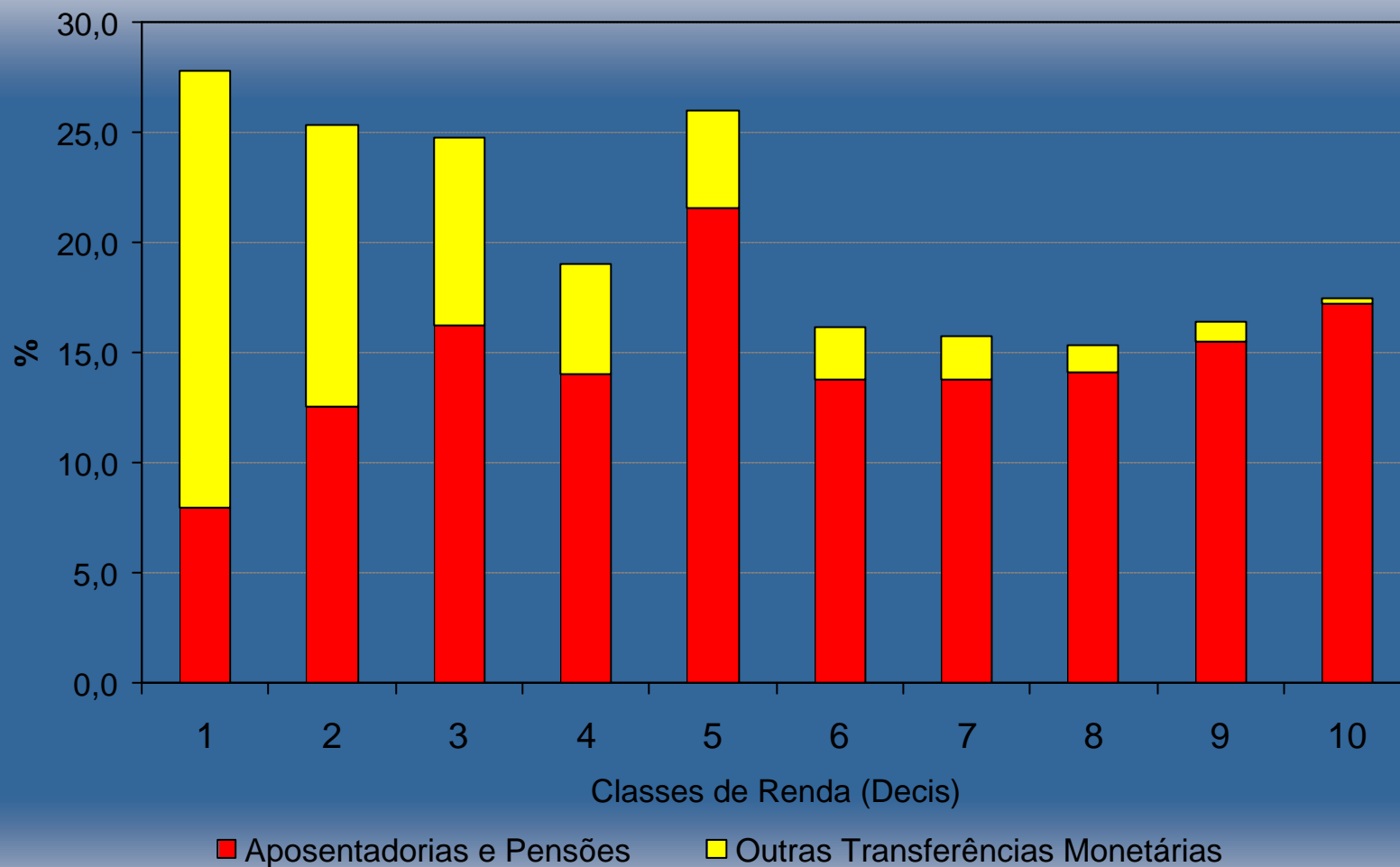
A estrutura tributária não é eficaz em reduzir desigualdade.



Fonte: Immervoll, Levy, Nogueira, O'Donoghue e Siqueira, 2003.



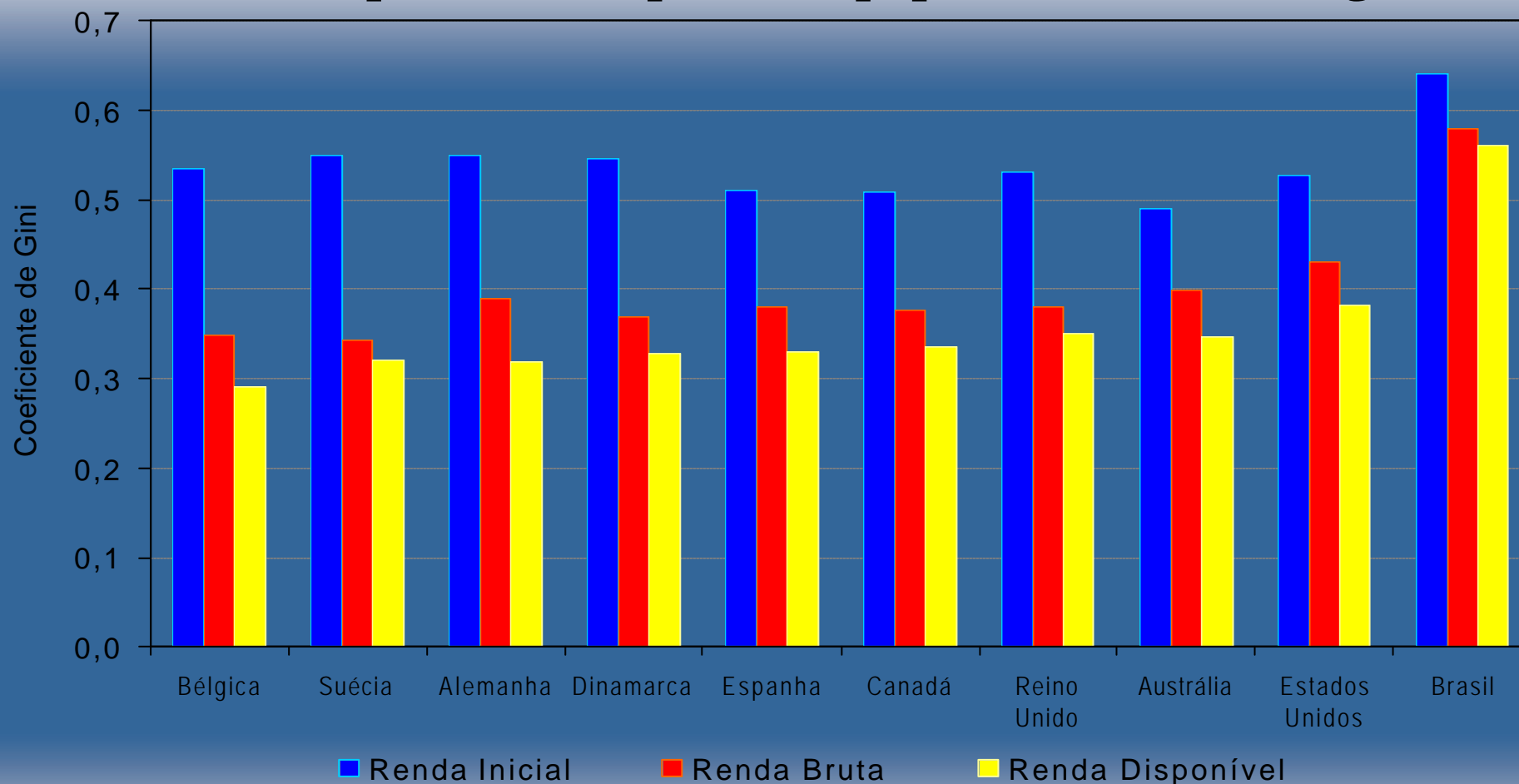
Transferências Monetárias como Proporção da Renda Bruta



Fonte: Immervoll, Levy, Nogueira, O'Donoghue e Siqueira, 2003.



Nos países desenvolvidos os Tributos Diretos e as Transferências Monetárias cumprem um importante papel em reduzir desigualdade

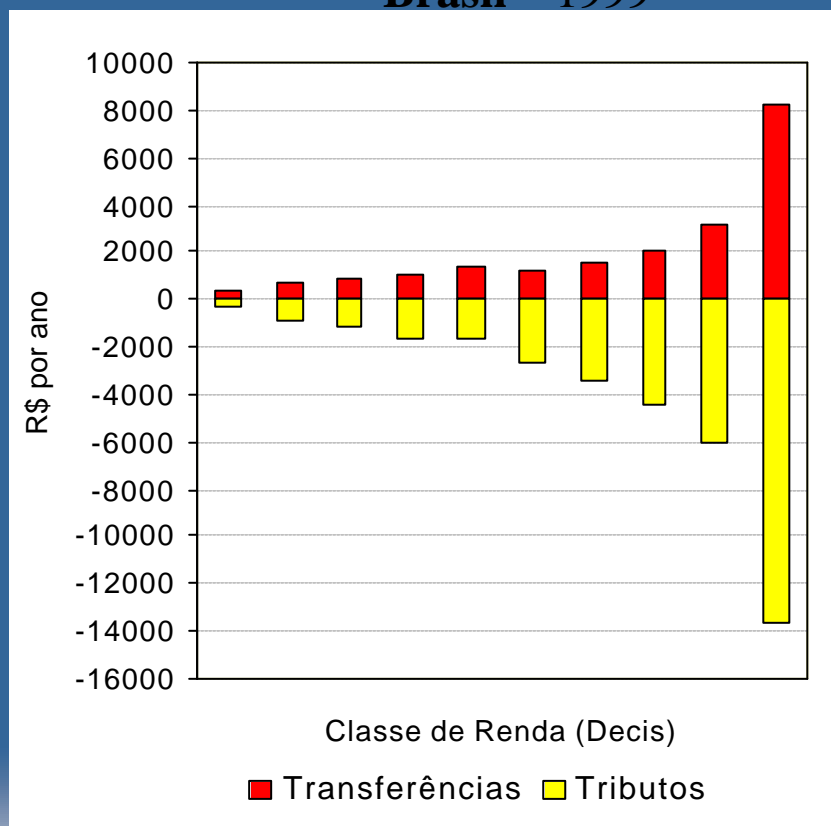


Fonte: de Beer, Vrooman e Schut, 2001; Lakin, 2001; Immervoll, Levy, Nogueira, O'Donoghue e Siqueira, 2003.

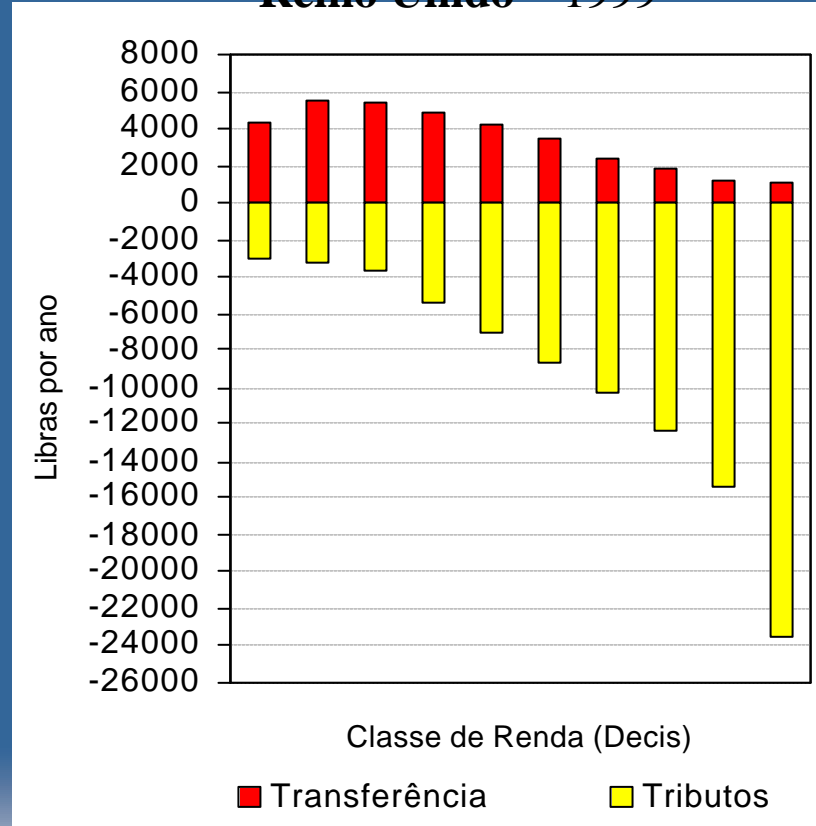


No Brasil, estrutura fiscal essencialmente reproduz desigualdade, enquanto no Reino Unido estado tem papel importante em reduzi-la.

Brasil – 1999



Reino Unido – 1999

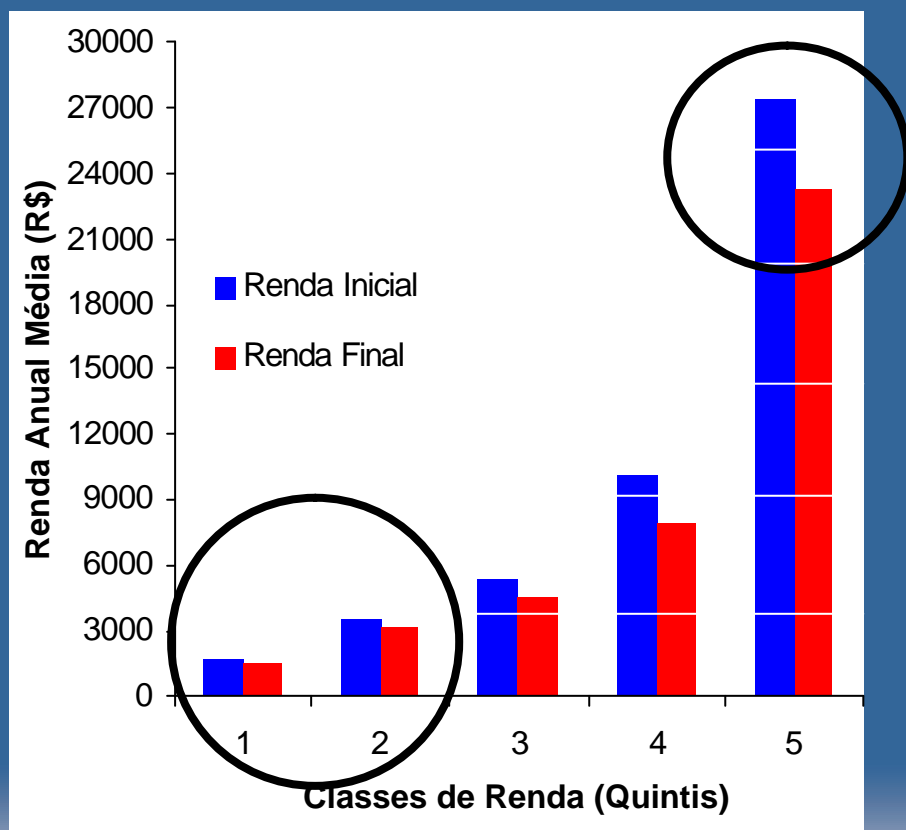


Fonte: Brasil - Immervoll, Levy, Nogueira, O'Donoghue e Siqueira, 2003; Reino Unido - Lakin, 2001.

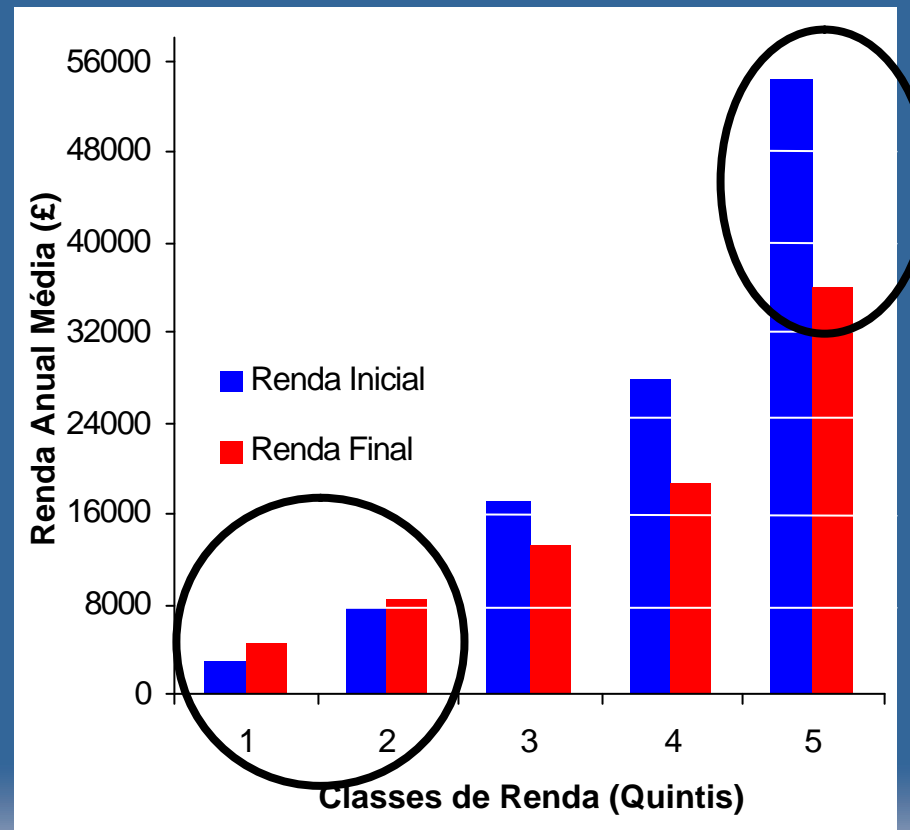


Renda Domiciliar Inicial e Final por Classe de Renda

Brasil – 1999



Reino Unido – 1999

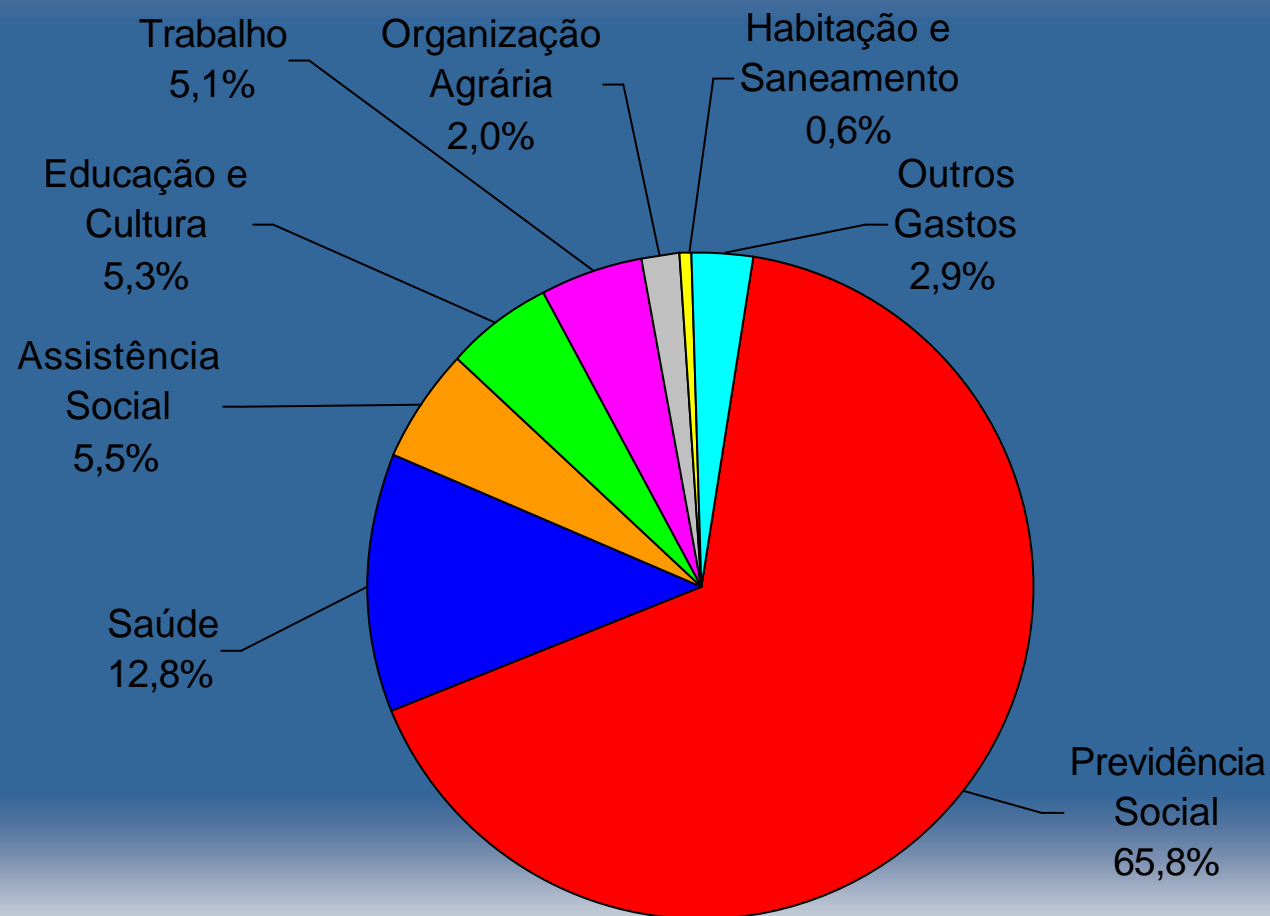


Fonte: Brasil - Immervoll, Levy, Nogueira, O'Donoghue e Siqueira, 2003; Reino Unido - Lakin, 2001.



Previdência corresponde a maior parcela dos gastos sociais diretos

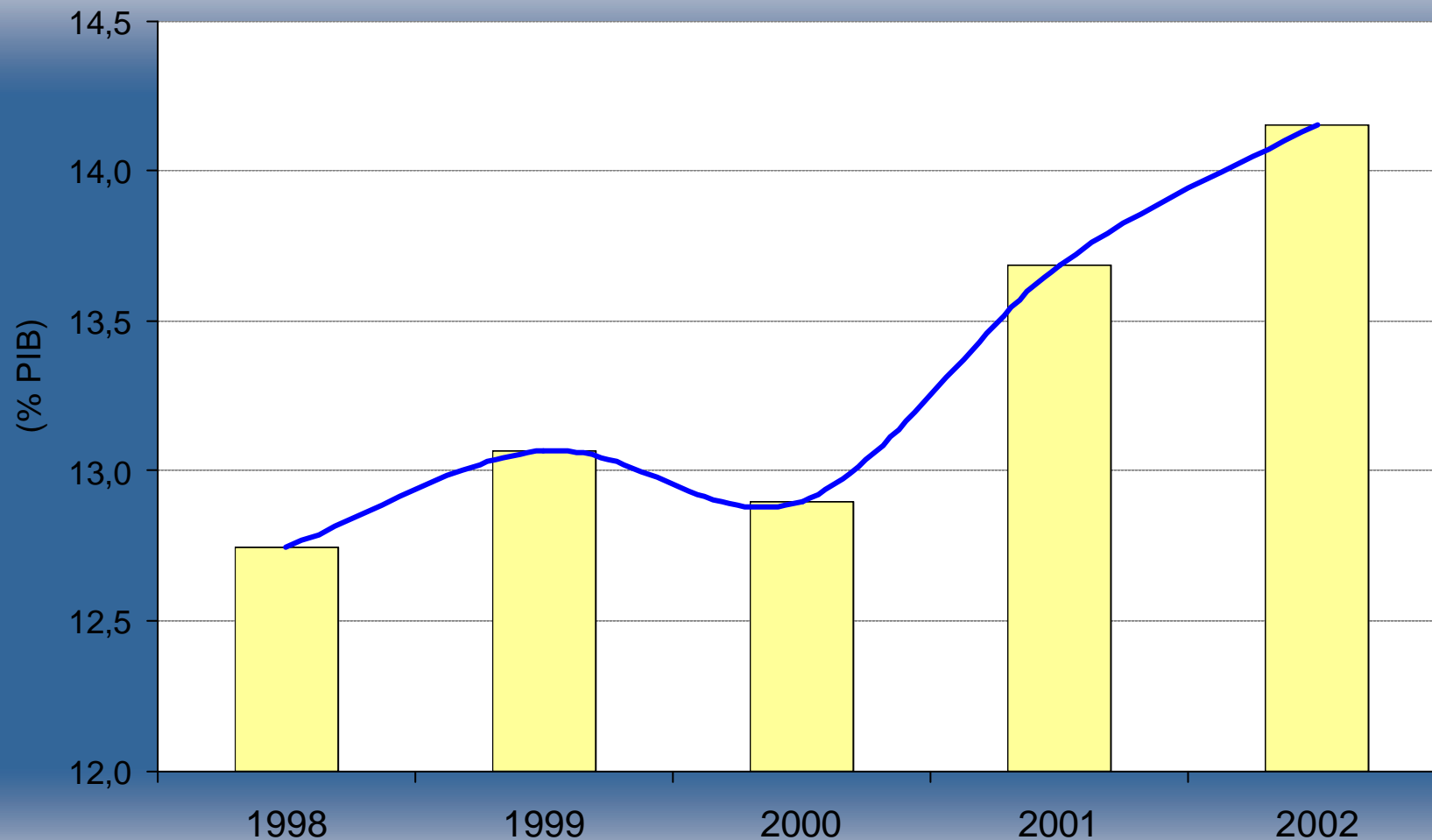
Distribuição do Gasto Social Direto por Área de Atuação: 2002 (%)



Elaboração: STN/MF.



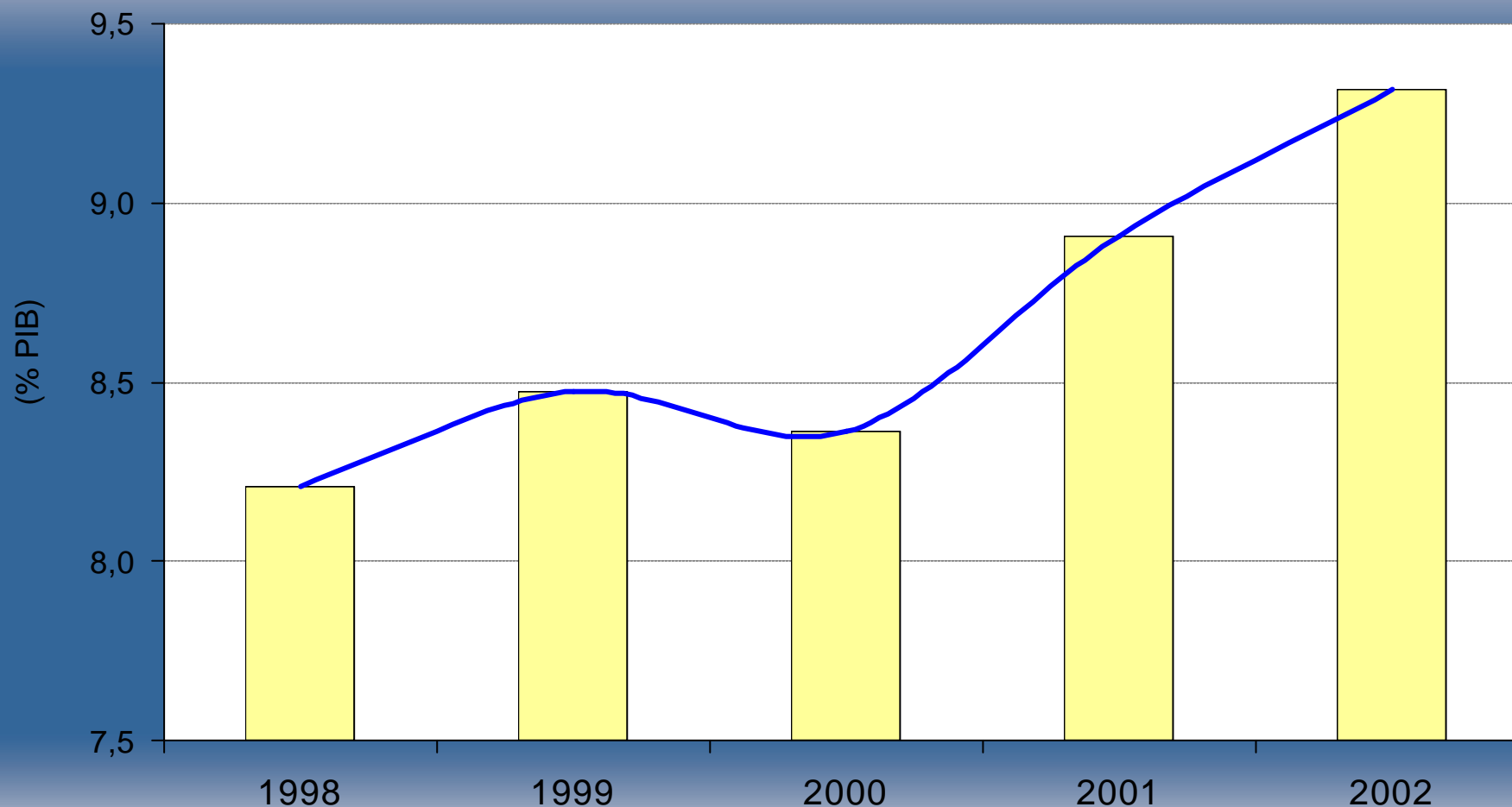
Os Gastos Sociais Diretos tem aumentado como proporção do PIB



Fonte: SIAFI. Elaboração: SPE/MF.



Parcela significativa do aumento dos gastos sociais deveu-se ao aumento dos gastos com Previdência Social



Fonte: SIAFI. Elaboração: SPE/MF.



EVOLUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA

Arrecadação por finalidade (R\$ bilhões)

	1998		2002	
	Arrecadação	% PIB	Arrecadação	% PIB
UNIÃO	186,56	20,41	332,39	25,15
Orç. Fiscal	74,54	8,15	120,66	9,13
Orç. Seguridade	89,39	9,78	173,34	13,12
Outros	22,62	2,47	38,39	2,90

Fontes: SRF – Estudos Tributários 11 – Carga Tributária no Brasil em 2002



EVOLUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA

Receita Disponível (R\$ bilhões) (Cr\$ bilhões-1991)

Ente Federado	ESTADOS		MUNICÍPIOS	
	Arrecadação	% PIB	Arrecadação	% PIB
1991	11.015	7,0	6.422	4,1
1998	67,98	7,4	42,99	4,7
2002	117,29	8,9	70,38	5,3

Fontes: SRF – Estudos Tributários 11 – Carga Tributária no Brasil em 2002 e Carga Tributária no Brasil 1997.



EVOLUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA EM 2003

Valores em R\$ bilhões	Até 3º Trim. 2002	Até 3º Trim. 2003
PIB (1)	957,2	1.130,9
ARREC. FEDERAL (2)	218,3	242,4
ARREC. FED. / PIB	22,8%	21,4%

Fontes: SRF (receita administrada), INSS (fluxo de caixa) e IBGE

(1) Dado de 2003 considera PIB do 3º trimestre estimado com base nos parâmetros da LDO, que são passíveis de reestimativa.

(2) Receita Administrada SRF + Arrecadação da Previdenciária



ICMS

- ✓ Unificação da legislação.
- ✓ Alíquotas uniformes por mercadoria ou serviço em todo território nacional.
- ✓ Máximo de cinco.
- ✓ Fim da Guerra Fiscal.
- ✓ Desoneração das exportações.
- ✓ Desoneração dos bens de capital.



ICMS

DESONERAÇÃO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

- ✓ A menor alíquota para gêneros alimentícios de primeira necessidade e medicamentos definidos em lei complementar.
- ✓ A lei complementar poderá conceder isenção para estes produtos (lista de alimentos e medicamentos).



ICMS

- ✓ **Novo ICMS, com a uniformização do imposto e com a possibilidade de cobrança na origem, terá mais eficiência, sendo menos vulnerável à sonegação.**
- ✓ **Com o sistema assim organizado, será possível ao Senado enfrentar o debate da questão origem/destino no ICMS.**



PONTOS IMPORTANTES PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS

- ✓ **Fundo de ressarcimento das exportações de semi-industrializados e primários (baseado nas exportações, balança comercial, utilização do crédito fiscal do exportador) e dos créditos do ativo permanente.**
- ✓ **Manutenção do Fundo de Exportação de Produtos Industrializados (10% do IPI)**
- ✓ **Fundo de ressarcimento para eventuais perdas de arrecadação do ICMS dos Estados.**



PONTOS IMPORTANTES MUNICÍPIOS

- ✓ **PARTILHA ICMS - desconstitucionalização dos critérios da partilha do ICMS, que deverão ser definidos em lei complementar.**
- ✓ **ITR - possibilidade de fiscalização e arrecadação pelos Municípios, com destinação de toda sua arrecadação para os mesmos.**
- ✓ **ITBI – progressividade e possibilidade de alíquotas diferenciadas pelo uso e localização.**



CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

CONTRIBUIÇÃO SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS

- ✓ **Previsão de substituição total ou parcial da contribuição social do empregador incidente sobre a folha de salários por uma contribuição não-cumulativa sobre a receita ou o faturamento.**



CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COFINS

- ✓ **Previsão para que a atual contribuição sobre receita ou faturamento (COFINS) observe a não-cumulatividade para setores econômicos específicos definidos em lei.**
- ✓ **Previsão de incidência nas importações.**

**PIS / PASEP****Composição arrecadação PIS/PASEP**

Abril a Agosto de 2003 (R\$ bilhões)

Discriminação	Arrecadação	Participação
PIS	6,09	87,4%
Não-cumulativo	2,18	31,3%
Financeiras	0,35	5,0%
Monof/Luc Pres ⁽¹⁾	2,24	32,1%
Outros ⁽²⁾	1,32	19,0%
PASEP	0,87	12,6%
TOTAL	6,97	100%

(1) – telecomunicações, lucro presumido, e monofásicos.

(2) – acréscimos legais (multas e juros), depósitos judiciais e administrativos e SIMPLES



PIS / COFINS

Setores Econômicos Abaixo da Média Anterior DIPJ 2000

Ord.	Cód – Divisão CNAE
1	15 - Fabricação de produtos alimentares e bebidas
2	51 - Com. por atacado e intermediários do com., exceto de veículos auto.
3	52 - Com. varejista, exceto com. de veículos automotores, motocicletas.
4	27 - Metalurgia básico
5	24 - Fabricação de produtos químicos
6	13 – Extração de minerais metálicos
7	21 - Fabricação de pastas, papel e produtos de papel
8	35 - Fabricação de outros equipamentos de transporte
9	29 - Fabricação de máquinas e equipamentos
10	19 - Preparação de couros e fabrç. de artefatos de couro, artigos de.
11	32 - Fabrç. de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de com.
12	34 - Fabrç. e montagem de veículos automotores, reboques e carroc..
13	01 - Agricultura, pecuária e serviços relacionados com essas atividades
14	17 - Fabricação de produtos têxteis
15	20 - Fabricação de produtos de madeira
16	25 - Fabricação de artigos de borracha e plástico
17	05 - Pesca, aquicultura e ativ. dos serv. relacionados com estas ativ.
18	50 - Venda, manutenção e reparo de veículos automotores, motocicletas.
19	30 - Fabrç. de máquinas para escritório e equipamentos de informática...
20	33 - Fabrç. de equipamentos de instrumentação para usos médico
21	36 - Fabricação de móveis e indústrias diversas



PIS / COFINS

Setores Econômicos Acima da Média Anterior DIPJ 2000

Ord.	Cód – Divisão CNAE		Ord.	Cód – Divisão CNAE
1	45 - Construção		18	61 - Transporte aquaviário
2	60 - Transporte terrestre		19	18 - Confecção de artigos do vestuário e acessórios
3	40 - Eletricidade, gás e água quente		20	73 - Pesquisa e desenvolvimento
4	85 - Saúde e serviços sociais		21	91 - Atividades associativas
5	74 - Outras atividades empresariais		22	71 - Aluguel de veículos, maq. e equip. sem cond. ou op.....
6	64 - Correio e telecomunicações		23	33 - Fabrç. de equip. de instrument. para usos medico-hospital.
7	Outros		24	93 - Serviços pessoais de outros tipos
8	72 - Atividades de informática e conexas		25	28 - Fabricação de produtos de metal - exclusive maq. e equip.
9	80 - Ensino		26	11 - Extração de petróleo e gas natural
10	22 - Edição, impressão e reprodução de gravações		27	90 - Coleta de lixo e águas residuais, esgoto dom. e ind. e.....
11	63 - Atividades anexas e aux. do transp. e ag.viagem		28	14 - Extração de outros minerais
12	62 - Transporte aéreo		29	92 - Atividades recreativas, culturais e desportivas
13	55 - Alojamento e alimentação		30	10 - Extração de carvão mineral
14	26 - Fabricação de prod.de minerais não metálicos		31	23 - Fabrç. de coque, refino petróleo, elab de combustíveis nuc
15	70 - Atividades imobiliárias		32	02 - Sicultura, exploração florestal e serv. relac. a estas ativ
16	75 – Adm. publica, defesa e seguridade social		33	37 - Reciclagem
17	41 - Captação, purificação e distribuição de água			



CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CPMF

PROPOSTA ORIGINAL

- ✓ Dava caráter definitivo a essa contribuição.
- ✓ Fixava alíquota mínima de 0,08% e máxima de 0,38%.
- ✓ Indicava a redução gradativa da CPMF, preservando a contribuição como instrumento de controle fiscal.

TEXTO ATUAL DA REFORMA

- ✓ Mantém a CPMF provisória até 2007, com alíquota de 0,38%.



CPMF

Composição da Destinação da CPMF

Destinação	Alíquota	%
Saúde	0,20%	52,6%
Previdência	0,10%	26,3%
Combate Pobreza	0,08%	21,1%



CPMF

Arrecadação CPMF (R\$ bilhões)

	2002	Até Jun/03
CPMF	20,37	11,27

Recursos para Saúde destinados para Estados e Municípios (R\$ bilhões)

	2002	Até Jun/03
Estados e Municípios	11,47	6,77
Repasses X Arrec. CPMF*	56,3%	60,0%

(*) Comparativo para simples visualização



MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- ✓ Prevê sistema simplificado e favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte.
- ✓ O sistema poderá abranger todos os impostos e contribuições e será uniforme nacionalmente.
- ✓ Poderá haver diferenças Regionais – faixas de aplicação dos benefícios.
- ✓ O sistema favorece a criação de um cadastro único para União, Estados e Municípios.



IPI

- ✓ **Redução do Imposto sobre Produtos Industrializados dos bens de capital.**



ADMINISTRAÇÕES TRIBUTÁRIAS

- ✓ Fortalecimento das Administrações Tributárias.
- ✓ Atividade de carreiras de Estado.
- ✓ Priorização dos recursos para área tributária.
- ✓ Integração entre os Fiscos da União, Estados e Municípios, de informações fiscais e cadastros.



RENDA MÍNIMA

- ✓ **Previsão para que a União institua programa de renda mínima, destinado a assegurar a subsistência das famílias, priorizando-se as de baixa renda, que poderá ter financiamento solidário da União, dos Estados, dos Municípios, a ser realizado por convênio entre os Entes Federativos.**



PONTOS IMPORTANTES COM SOLUÇÕES ALTERNATIVAS SENADO

- ✓ **Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional.**
- ✓ **Partilha da CIDE.**



Ministério da Fazenda

Reforma Tributária